

## **Objetividade e Neutralidade na Imprensa Alternativa: Olhar a Partir de Portugal<sup>1</sup>**

Cátia Guimarães <sup>2</sup>

### **RESUMO**

Analisa parte da cobertura jornalística sobre a pandemia de Covid-19 de quatro veículos alternativos portugueses quanto à adesão aos princípios da objetividade e da neutralidade, considerando também a forma como eles se autodefinem nos seus espaços institucionais e nas entrevistas realizadas durante a entrevista que origina este trabalho. Como ferramenta de análise, parte do debate conceitual e metodológico que desnaturaliza a tendência de se compreender objetividade e neutralidade como sinônimos.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Imprensa alternativa; objetividade; neutralidade; disputa de hegemonia

### **Introdução**

Com um olhar específico para iniciativas jornalísticas e a partir de um estudo de caso concreto, este trabalho pretende discutir como a mídia alternativa lida com uma das prescrições que se tornaram mais estruturantes do modo de fazer jornalismo dito ‘profissional’, na esteira do processo de hegemonização do modelo liberal de mídia (Hallin e Mancini, 2010): a expectativa da *objetividade* e da *imparcialidade/neutralidade* no relato e tratamento das notícias e informações em geral. A análise de dois meses de cobertura jornalística de quatro veículos alternativos portugueses, que desenvolvemos como recorte de uma pesquisa ainda em andamento<sup>3</sup>, constatou variações e contradições interessantes na forma como a proposta editorial, a concepção sobre o papel político a ser desempenhado e as condições materiais dessas iniciativas permitiam conceber e operar esses ‘princípios. Adicionalmente, essas impressões apreendidas da análise concreta acabam por reforçar a necessidade, muitas vezes ignoradas no debate teórico e nos manuais de redação, de uma rigorosa distinção entre neutralidade e objetividade.

Os dados do estudo empírico que serão apresentados neste texto referem-se a quatro veículos jornalísticos portugueses<sup>4</sup>, com exemplos editoriais que remetem à sua

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, especialista em Comunicação e Saúde, mestre em Comunicação e Cultura, doutora em Serviço Social, em estágio pós-doutoral em Comunicação, no Cecs/Universidade do Minho, e-mail: catiacguimaraes@gmail.com

<sup>3</sup> Desenvolvida como estágio pós-doutoral, com financiamento parcial de bolsa do CNPq.

<sup>4</sup> A pesquisa como um todo envolveu seis iniciativas jornalísticas, das quais apenas quatro fazem parte deste estudo específico.

---

atuação nos dois primeiros meses da pandemia de Covid-19. São eles: o jornal Avante, do Partido Comunista Português (PCP), que é um veículo impresso voltado principalmente para os militantes; o jornal Acção Socialista, órgão oficial do Partido Socialista (PS) que já foi impresso mas hoje se restringe a uma seção no site da sigla; o portal Esquerda.Net, veículo de informação geral do Bloco de Esquerda (BE); e o site Abril Abril, sem vínculo formal com partidos, mas com uma grande proximidade editorial, política e administrativa com o PCP. As informações aqui dispostas resultam de uma investigação desenvolvida a partir de três caminhos principais: a sistematização do discurso produzido pelos próprios veículos na sua autodescrição ou apresentação de princípios editoriais nos seus espaços institucionais; a análise de entrevistas realizadas com seus responsáveis políticos e editoriais; a análise do conteúdo referente a 2.368 páginas de texto e imagem de cobertura jornalística sobre a pandemia de Covid-19 nos dois primeiros meses da crise sanitária em Portugal (março e abril de 2020).

### **Objetividade e neutralidade: separando o joio do trigo**

Começamos por esclarecer o que aqui estamos nomeando como objetividade e imparcialidade. Desde a consolidação de um modelo que surgiu a partir de meados do século XIX, com influência direta dos EUA (Aranda, 2004), é comum se reconhecer a objetividade como critério do trabalho e do conhecimento produzidos pelo jornalismo, apesar dos muitos debates epistemológicos sobre a viabilidade de se pôr em prática esse princípio e das muitas críticas que historicamente essa concepção vem recebendo. Mais do que isso, é recorrente o argumento de que o apego à objetividade seria um dos aspectos de diferenciação entre a imprensa dita ‘profissional’, autodefinida como porta-voz do interesse geral e ferramenta da democracia, e a imprensa ‘militante’, que, por definição, atenderia a interesses particulares de grupos ou segmentos sociais<sup>5</sup>. Por fim, vale ainda referir que a questão da objetividade tem ocupado também o debate contemporâneo sobre a cultura da desinformação e a crise de credibilidade da imprensa profissional.

É fundamental para a análise que aqui será empreendida a desnaturalização de um dos aspectos comuns das definições que entendem ‘objetivo’ com um sentido muito próximo de ‘neutro’ ou ‘imparcial’. Isso significa, por um lado, tomar o jornalismo, de fato, como um conhecimento (Genro-Filho, 1987) que se pretende objetivo, mas no sentido que a tradição marxista atribui a esse qualificativo, como referência a uma

---

<sup>5</sup> Sobre isso, ver, por exemplo, GRUPO GLOBO. Princípios editoriais do Grupo Globo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais..>

---

realidade que existe ‘fora’ do sujeito. Por outro, significa compreender que, quando se lida com questões sociais, na ciência mas – dizemos nós – também no jornalismo, o processo de conhecimento pressupõe uma realidade que, diferente das ciências naturais, é construída por homens e mulheres que são também sujeitos desse conhecimento. Assim, referindo-se às ciências sociais, mas com uma teorização que julgamos pertinente ao debate do jornalismo, Netto nos ajuda ao explicar que “a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto” (2011, p. 23). E o autor adianta nosso argumento em relação ao jornalismo quando conclui que, por isso, a teoria “da sociedade” “exclui qualquer pretensão de neutralidade, geralmente identificada com objetividade” (2011, p. 23).

A partir dessa perspectiva teórica, o estudo que origina este trabalho apreendeu e sistematizou elementos do material analisado que permitissem identificar: (1) se as notícias e conteúdos em geral tinham como referência acontecimentos que marcavam o contexto social concreto no período, devidamente pautados e investigados pelos veículos (o que estamos compreendendo como um entre outros marcadores da objetividade no jornalismo); e (2) se esses conteúdos expunham (e como) a posição política e editorial assumida pelos veículos no tratamento de cada grande tema e qual o espectro de atores e vozes sociais reconhecidas como fontes desses conteúdos (o que entendemos como um dos indicativos possíveis da postura assumida em relação ao princípio da imparcialidade).

### **Resultados preliminares**

Em quase todas as entrevistas realizadas com responsáveis editoriais e políticos dos veículos analisados prevaleceu a percepção de que a falta de pluralidade da grande imprensa comercial justificaria, em alguma medida, a ausência de fontes oficiais e de outras forças políticas e grupos sociais que costumam ter espaço no ambiente da mídia hegemônica. O presidente da Associação Abril Abril, António Rodrigues<sup>6</sup>, por exemplo, reconheceu que a garantia do contraditório nem sempre está presente no Portal e justificou que, em parte, isso se deve à falta de condições técnicas de trabalho, mas que muitas vezes resulta também de opção política, já que o papel do veículo seria garantir as falas que expressam “o déficit [de informação] que existe na sociedade”, não aquelas que não têm qualquer dificuldade de espaço na grande mídia, como as posições do governo.

---

<sup>6</sup> As entrevistas citadas foram conduzidas pela autora e são material de trabalho da pesquisa, não publicadas.

---

Aqui, portanto, a defesa da não neutralidade parece se justificar pelo esforço de construir o que Hallin e Mancini chamaram de “pluralismo externo”, como uma estratégia distinta (e complementar em relação aos sistemas de mídia) do “pluralismo interno”. Ambos, de acordo com os autores, têm relação direta com a noção de “paralelismo político”, processo que eles identificam a partir de várias métricas entre as quais destacamos duas: a existência de “ligações organizativas entre os media e os partidos políticos” ou outras organizações; e a percepção sobre o quanto os conteúdos desses veículos “reflectem as diversas orientações políticas nas notícias que dão e na informação sobre assuntos correntes” (2010, p. 42). Assim, associado a outros indicadores, o baixo grau de “paralelismo político” de um veículo sugeriria que ele consegue ser plural no seu próprio conteúdo (internamente) – essa é, dizemos nós, a imagem-modelo da concepção de neutralidade no jornalismo. Mas existiria outro cenário, em que os veículos mantêm forte paralelismo político, mas a existência de meios jornalísticos variados e engajados em todo o espectro político-partidário conformaria um *pluralismo externo*, ou seja, que se dá não pelo apego à isenção por parte de cada veículo, mas porque o modelo permitiria à sociedade ter contato com informação de todas as matizes políticas a partir da escolha entre os meios disponíveis.

É interessante notar, a partir da análise empírica, como essa percepção que assume uma posição de *não neutralidade* e passa pelo reconhecimento de um lugar a ser ocupado pela mídia alternativa na promoção do pluralismo externo se propõe também a tensionar o ‘consenso’ sobre os procedimentos técnicos/metodológicos tidos como validadores da *objetividade* no jornalismo. O princípio do contraditório, por exemplo, passa a ser cumprido pelo esforço de dar voz a atores (e mesmo pautas) silenciados na mídia hegemônica e não pela ‘regra de ouro’ do jornalismo profissional de ‘ouvir os dois lados’.

Em perspectiva complementar, Jorge Costa, dirigente do partido e responsável pela ponte cotidiana entre o partido e o Esquerda.Net, defendeu, em entrevista, que a clareza de que o veículo é propriedade do Bloco de Esquerda fornece a transparência que autorizaria sua não-isenção. “Eu não tenho que dar todas as perspectivas, eu só tenho que contar a verdade. E, portanto, tem é que haver transparência. Se um jornal explica que é um jornal partidário, então não há que esperar neutralidade, só há que esperar verdade”, argumentou, numa fala que também parece desafiar a concepção naturalizada no modelo de jornalismo informativo de que a verdade resulta mais da contraposição de diferentes visões do que da fidelidade à realidade objetiva.

---

Essa argumentação, que parece denunciar, na prática concreta, uma contradição entre os princípios da *transparência* e da *imparcialidade*, está presente também na entrevista do editor do Avante. “Nós assumimos o que somos (...). Quem lê o Avante sabe o que está a ler: (...) é o jornal que espelha a visão e as concepções do Partido Comunista Português. Que bom seria se os outros dissessem o mesmo: jornal da Sonae, jornal do grupo (...) que é do Balsemão, sócio número 1 do PSD...”, diz ele, referindo-se a dois dos mais importantes grupos empresariais de comunicação social portugueses<sup>7</sup>.

Mas se essa concepção de alternativo de fato justifica a recusa prática do discurso da *neutralidade* que se expressa na técnica jornalística, por outro lado, no material analisado, ela não dá conta de explicar a ausência de procedimentos que garantam o controle sobre a *objetividade* das informações fornecidas. Assim, embora se compreenda e se fundamente teoricamente a decisão político-editorial de não abrir espaço para fontes que reforcem a ideia de um ‘outro lado’ que tem espaço frequente na mídia hegemônica, a análise identificou igualmente uma ausência de fontes ‘próprias’ de informação (e não apenas de comentário) e de apuração autônoma. Identificam-se, assim, no material estudado duas tendências que, segundo nossa análise, expressam, ambas, uma dificuldade de garantir o caráter objetivo que, a despeito da imparcialidade, a informação jornalística requer: 1) a reverberação de pautas e fontes da grande imprensa e; 2) a priorização do espaço de opinião desvinculado da informação.

Em todos os veículos estudados destaca-se a ausência de apuração própria. No Esquerda.Net e no Acção Socialista, são muitas as situações em que os textos repetem a pauta e as fontes do que foi publicado na grande imprensa, por vezes com algum complemento, no caso do portal do Bloco de Esquerda. No Acção Socialista, esse cenário se justifica em parte pelo fato de as matérias serem, em sua maioria, informações ou reproduções da fala de personagens do governo (então sob responsabilidade do PS) ou do partido vocalizados nas conferências de imprensa ou na própria mídia. No Esquerda.Net também é frequente a reprodução de fontes e declarações apuradas pela grande imprensa, mas o maior destaque fica para a republicação de artigos com a mesma origem, boa parte deles de lideranças e militantes do Bloco de Esquerda, que têm maior penetração nos órgãos de comunicação social do que o PCP, por exemplo. Mas vale também referir que,

---

<sup>7</sup> Francisco Pinto Balsemão é presidente do grupo Impresa, que controla diversos veículos jornalísticos, entre eles o jornal Expresso e vários canais da SIC, a principal TV privada portuguesa, e, ao mesmo tempo, uma importante liderança do Partido Social Democrata (PSD), antigo PPD, com vários cargos políticos no currículo, incluindo o de Primeiro Ministro do país

embora não abundantes, nesse veículo, mais no que nos outros, identificam-se algumas pautas originais, expressas principalmente na forma de entrevistas diretas (pingue-pongue) e um grande volume de conteúdo de serviço.

No Avante, ao contrário, não se identifica a utilização de notícias de órgãos de comunicação social hegemônicos e as poucas referências feitas a eles são sempre muito críticas. No entanto, tampouco há prevalência de apuração própria e outros elementos que fortaleçam o princípio da objetividade. Entre as notícias factuais, destacam-se pautas relativas à luta e conquista dos trabalhadores, que são em geral textos curtos, reproduzidos de conferências de imprensa ou documentos produzidos pelos próprios sindicatos. A estratégia principal, no entanto, é dedicar parte significativa do conteúdo do jornal a espaços de opinião que pouco recorrem a informações primárias.

Também no caso do Abril Abril não se identifica a reprodução de fontes de órgãos de comunicação social portugueses nem a reprodução de textos – exceto um caso de informação da Agência Lusa (majoritariamente estatal) –, embora esse recurso seja utilizado no caso de meios alternativos internacionais. Embora em menor proporção, a análise identificou, no período, duas reportagens do portal com pauta e apuração próprias.

### **Considerações finais**

Entre os quatro veículos analisados, é preciso, antes de tudo, fazer uma distinção: dois são órgãos oficiais dos respectivos partidos e, portanto, não recaem sobre eles qualquer expectativa de neutralidade, enquanto os outros, ao se colocarem a tarefa de fornecer informação geral mas a partir do olhar das suas organizações, acabam por tensionar a definição hegemônica do fazer jornalístico.

Em todos os casos, no entanto, a dialética necessária entre o rigor com a descrição e contextualização da realidade concreta que a objetividade requer e a recusa à imparcialidade que esse mesmo movimento justifica parece comprometida quando a tradução de uma dessas pontas – na forma de apuração própria – está ausente da prática cotidiana. De um lado, a defesa do pluralismo externo se desequilibra quando se tende a acompanhar as pautas (logo, a capacidade de agendamento) da mídia hegemônica chegando ao limite de reproduzir as fontes e dados de apuração desses veículos. De outro, a inovadora defesa da transparência como um princípio deontológico socialmente mais útil e aplicável do que a busca da imparcialidade provavelmente esbarra em limites quando se esgota na apresentação de opiniões e comentários sem contrainformação e visibilização de novas realidades e pautas.

## REFERÊNCIAS

ARANDA, José Javier Sanchez. Evolución de la prensa em los principales países occidentales. In: BARRERA, Carlos. *Historia del periodismo universal*. Barcelona, Ariel, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HALLIN, Daniel C & MANCINI, Paolo. *Sistemas de media: Estudo comparativo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

NETTO, José Paulo (org.). *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.